

## **Fortalecer e ampliar a oposição a Bolsonaro e defender a democracia e a educação pública como eixos da unidade**

Tese da CTB Educação – Apeoesp para o 26º Congresso Estadual da APEOESP

### **Conjuntura Internacional**

Uma onda conservadora se abate sobre o mundo acarretando prejuízos inomináveis para a humanidade. Principalmente com a crise do capitalismo de 2008, forças reacionárias se aglutinam para manter os privilégios de elites carcomidas, obsoletas, que pregam o ódio e a violência contra opositores e os mais pobres.

Grandes conglomerados econômicos financiam a ascensão do fascismo com claro objetivo de frear o avanço de forças populares, principalmente na América Latina. Donald Trump foi eleito em 2018 num grande escândalo e utilização de fake news e o fascismo ganhou um grande aliado no mundo.

Antes de Trump assumir a direção da maior potência mundial, na Argentina, com grande apoio dos Estados Unidos foi eleito Mauricio Macri, em 2015, com um projeto neoliberal de diminuição do Estado e extinção de programas sociais. Como resultado, a Argentina amarga um das maiores crises de sua história. Desemprego galopante recessão a olhos vistos. A miséria voltou ao país vizinho com uma velocidade espantosa.

Mais uma vez os Estados Unidos patrocinaram uma tentativa de golpe na Venezuela e novamente foram derrotados nessa ingerência em assuntos internos de uma nação soberana. Os norte-americanos vêm ensaiando uma ofensiva contra os governos não alinhados automaticamente com sua política.

Em 2009 depuseram o presidente Manuel Zelaya, em Honduras, na América Central, houve grande reação, mas o golpe prevaleceu com um verdadeiro banho de sangue de hondurenhos e uma eleição questionável com vitória conservadora.

No Paraguai o golpe ocorreu em 2012 num processo relâmpago de impeachment, o Congresso paraguaio destituiu o presidente Fernando Lugo em apenas 24 horas. A seguir numa eleição questionável, os conservadores retomaram o poder.

Mas a resistência se faz forte. Nos Estados Unidos, os Democratas conseguiram maioria na Câmara dos Deputados e cresce o número de mulheres eleitas com bandeiras feministas. Na Argentina, as pesquisas apontam imensas dificuldades para Mauricio Macri nas eleições deste ano e as primárias deram vitória retumbante à chapa composta por Alberto Fernández e Cristina kirchner, da oposição ao neoliberalismo.

### **Propomos**

- Respeito à autodeterminação dos povos
- Construir um mundo de Paz
- Derrotar o imperialismo
- Desarmamento
- Comércio sem ingerência estrangeira

### **Conjuntura Nacional**

A radicalização da luta política e social no Brasil avança a passos largos. O golpe de Estado de 2016 acirrou ainda mais essa disputa com a implantação do projeto antinacional e antipopular instaurado para dirimir a resistência à implantação do neoliberalismo e seu Estado mínimo. O golpe midiático, jurídico e parlamentar a serviço de interesses do imperialismo norte-americano tiram do Brasil todo o protagonismo alcançado em sua política externa nos governos populares, que levaram o país a um protagonismo internacional jamais visto. Internamente, o governo Bolsonaro ataca a educação e a cultura como claro objetivo de minar toda e qualquer resistência à entrega dos patrimônios e das riquezas nacionais, sem o menor pudor. Até a Petrobras está no projeto de privatização.

Com uma postura agressiva e anticivilizatória, o atual governo corta programas sociais, políticas públicas de atendimento à população mais vulnerável, como mulheres, negros, LGBTQs e povos indígenas e ameaça a integridade nacional discriminando o Nordeste, onde perdeu a eleição e insuflando o ódio na tentativa de implantar um Estado policial e opressor, para impor suas políticas de repressão aos setores democráticos e submissão ao capital internacional.

Através da operação Lava Jato as forças reacionárias com o setor financeiro nacional e internacional passaram a intimidar os setores populares e democráticos partindo para uma ofensiva contra os movimentos organizados da sociedade civil, contra os direitos humanos e as políticas públicas de proteção aos setores vulneráveis da sociedade. Criaram assim as condições para dar o golpe contra a classe trabalhadora e os interesses nacionais.

Os cortes de investimentos nas áreas sociais, entre as quais a educação e a saúde foram as mais atingidas já tiveram início durante o governo golpista de Michel Temer e avança a passos largos sob Bolsonaro. As políticas desse desgoverno favorecem os muito ricos e os interesses de grandes conglomerados econômicos estrangeiros, que não criam desenvolvimento e muito menos emprego.

O primeiro período do governo tem marcas nítidas e trágicas. Sua subordinação aos EUA em termos de política externa é grotesca; sua ação é de acelerar ao máximo a entrega do patrimônio nacional, promovendo rápida destruição das bases do Estado Nacional. Sua ação é de destruição de direitos sociais básicos; de desarticulação dos sistemas de educação, ciência e tecnologia e cultura visam a destruição da autoestima de uma nação enquanto nação soberana; da destruição da previdência e da saúde pública; de desrespeito e destruição do meio ambiente; da desregulamentação dos direitos trabalhistas e sindicais em prol dos interesses do capital. Sua ação é marcadamente de desrespeito às instituições e à sociedade civil. Um governo racista, machista, LGBTQfóbico, semeador de preconceito e destruidor de direitos.

O assassinato da vereadora Marielle Franco no Rio de Janeiro, a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a eleição fraudulenta de Jair Bolsonaro procuram consolidar o golpe manter a classe trabalhadora afastada do poder. O ex-presidente Lula está preso há mais de um ano sem provas, num julgamento comprovadamente de cartas marcadas como mostram as denúncias publicadas pelo site Intercept Brasil e outros órgãos de comunicação. Por isso, a anulação do julgamento fraudulento do presidente é mais do que urgente.

Temas como reforma trabalhista, reforma da previdência, política externa, regime fiscal, corrupção e Lava Jato, Vaza Jato e liberdade de imprensa, entre outros, são hoje objetos de uma notória e enfurecida guerra ideológica contra os movimentos democráticos e populares. Jovens negros, pobres da periferia são mortos todos os dias, o Brasil é o país que mais mata LGBTQs no mundo e o quinto na violência contra as mulheres e Bolsonaro insufla mais ainda essa cultura do ódio e do medo.

Com fartos recursos e intromissão faltou pouco para elegerem Aécio Neves, do PSDB, em 2014. A reeleição de Dilma Rousseff foi apertada. Um Congresso extremamente conservador e fisiológico foi eleito, no entanto.

Uma aliança de parte do Judiciário com a parte mais podre da direita nacional e amplo apoio dos barões da mídia, a então presidenta Dilma Rousseff ficou refém e não conseguiu governar em seu segundo mandato. Em 2016, teve início um processo de impeachment sem nenhuma base legal e o vice-presidente Michel Temer assumiu o restante do mandato da presidenta deposta para destruir as conquistas mais importantes da classe trabalhadora e das políticas de promoção de igualdade de gênero e de raça, combatendo a violência, a miséria e o analfabetismo.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, os ataques às forças democráticas se aprofundam. De olho nas riquezas nacionais do solo e subsolo, o presidente incentiva a violência contra aos povos indígenas e quilombolas. Os ataques às suas terras crescem com violência e os assassinatos também. Bolsonaro se mostra inimigo da educação, da cultura, do conhecimento, das artes e escolhe as professoras e professores como principais inimigos.

Enquanto esses ataques são engendrados, a crise econômica se aprofunda, com danos imensos para a nação, e para o dia a dia das pessoas. As projeções de crescimento são revistas quase que diariamente com perspectivas negativas. As medidas fragilizam ainda mais a nossa cambaleante indústria, fecha postos de trabalho, joga setores inteiros na informalidade. A indústria de transformação, setor essencial para nossa economia pelo alto valor agregado, vê sua participação no Produto Interno Bruto despencar e retornar ao nível da década de 1940. Temos cerca de 30 milhões de brasileiros desempregados ou em situação precária de trabalho. Um quarto das famílias já não conseguem sequer comprar gás de cozinha. Estes elementos vão se acumulando e gerando uma situação grave e potencialmente explosiva.

Uma forte recessão se aproxima e a receita ultraliberal preconizada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes e Bolsonaro é a total entrega do patrimônio e das riquezas nacionais. Fortalece as políticas de destruição ambiental, o desmatamento da Amazônia cresceu 66% sob Bolsonaro. As terras indígenas estão sendo invadidas na base da matança dos povos originários. Sindicalistas do campo estão sendo assassinados à luz do dia.

Ainda há 1,5 milhão de pessoas de 4 a 17 anos fora da escola. Mostra que 99,3% de pessoas de 6 a 14 anos estão matriculados no ensino fundamental, mas um quarto desse contingente conclui o fundamental com mais de 16 anos, sinalizando uma forte evasão escolar.

Os dados levantados sobre creches apontam para o aprofundamento das desigualdades. Entre os mais pobres, somente 26% das crianças frequentam creches, enquanto 50% dos mais ricos estão na creche. Pior ainda, somente 14,1% dos mais pobres possuem nível suficiente de alfabetização nos primeiros anos do ensino fundamental. Já entre os ricos, o índice é de 83,5%.

Que o Brasil vive tempos sombrios todo mundo já sabe, assim como sabe-se também que temos um governo sem projeto para tirar o país da crise, fomentar a economia, criar empregos e melhorar a educação e saúde públicas. Pelo contrário o presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores só falam em destruir.

Os docentes brasileiros merecem mais respeito. Vivemos tempos obscuros, mas resistiremos à opressão, nos organizando e defendendo o Estado Democrático de Direito, a Justiça, a liberdade e a educação pública. A valorização da educação com liberdade é essencial para o avanço civilizacional de qualquer país.

## **Reforma Trabalhista**

A Lei 13.467 – conhecida como a reforma trabalhista – foi aprovada em 2017. Significa o maior ataque do capital contra o trabalho da história do Brasil. Acaba com a Consolidação das Leis Trabalhistas e legaliza a precarização total no mundo do trabalho.

Com a modificação de mais de 100 artigos da CLT, muitos direitos deixam de existir condenando a classe trabalhadora à condições precárias e de risco. A reforma trabalhista é um atentado contra o Direito do Trabalho, a CLT e a própria Constituição de 1988. A lógica da direita neoliberal é simples e cristalina: favorecer o patrão e precarizar a classe trabalhadora. E para alcançar esse objetivo, buscam enfraquecer o movimento sindical.

O caminho que o Brasil pode seguir com essa nova norma será o mesmo já trilhado em outros países, que testemunharam o aumento radical da desigualdade, a precarização e informalização do emprego, bem como o aumento da discriminação no mercado de trabalho contra mulheres, jovens e idosos.

A reforma trabalhista cria a possibilidade de contrato intermitente de trabalho, que coloca o trabalhador à disposição da necessidade do patrão e o seu pagamento será feito apenas pelas horas trabalhadas, sem descanso. Cria também a possibilidade de uma jornada de 12 horas por acordo individual, com supressão do intervalo de descanso.

Outro grave problema é a terceirização ilimitada. Com a Terceirização as jornadas de trabalho poderão ser exaustivas e o trabalhador ou trabalhadora serão penalizados com menores salários. São os terceirizados os mais afetados pelos acidentes no ambiente de trabalho, sendo 80% deles envolvidos em acidentes fatais.

## **Reforma da Previdência**

Aprovada em dois turnos na Câmara dos deputados, a reforma da Previdência em tramitação no Senado vai aumentar a desigualdade social e de renda no Brasil. Acaba com a aposentadoria decente e prejudica enormemente as professoras e professores com o fim da aposentadoria especial de 25 anos, obrigando os docentes a trabalharem dez anos a mais para conseguir 100% do que tiver direito em seus benefícios.

Para o economista, Eduardo Fagnani “estamos destruindo a seguridade social, que é o principal mecanismo de transferência de renda do Brasil, de diminuição da desigualdade”. Isso porque a reforma atinge os aposentados de menor rendimento.

O projeto de Bolsonaro vai diminuir o valor de aposentadorias e pensões, tornar mais tardias as aposentadorias, diminuir salários líquidos dos trabalhadores da ativa, principalmente dos servidores públicos. O servidor público vai perder, em média, 5% de seu salário líquido devido ao aumento das contribuições previdenciárias.

As mulheres são as mais atingidas com a imposição da idade mínima de 62 anos e 65 anos para homens para obter aposentadoria integral, o que acarreta aumento no tempo de contribuição em cerca de 40 anos, em vez de 35 para homens e 30 para as mulheres, como é atualmente.

A reforma da previdência em tramitação será uma catástrofe para quem vive de salário porque ao desvincular do salário mínimo do reajuste da aposentadoria vai nos jogar ao sabor do mercado. E o mercado não se importa com a vida das pessoas.

“Não há cenário em que essa reforma não aumente a incidência de miséria e instabilidade fiscal sobre o país. Assim como não há cenário em que a elite financeira não aumente seus lucros já explosivos”, conclui o especialista em Previdência Social, Sérgio Freudenthal.

### **Propomos**

- Frente Ampla para derrotar a extrema-direita
- Revogação da reforma trabalhista.
- Revogação da Emenda Constitucional 95.
- Revogação da reforma do ensino médio.
- Não à da reforma da previdência.
- Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS é nosso e a população mais carente não pode ficar sem esse atendimento.
- Respeito aos povos indígenas e à sua cultura. Demarcar as terras indígenas e defendê-los de agressões.
- Intensificar a campanha por eleições livres e limpas.
- Lula Livre

### **Conjuntura Estadual**

São Paulo é o núcleo do capital financeiro e industrial mais atrasados do país. Governado pelos tucanos desde 1995, o estado se vê uma crise lacônica. Cresce o desemprego e a falta de perspectivas para a juventude. Em 2018, o estado tinha 13,1% da População Economicamente Ativa sem trabalho. Na Grande São Paulo estavam desempregados 17%.

O governo paulista segue a cartilha ultraconservadora com privatizações, desmonte do serviço público, descaso com servidoras e servidores e muito mais ainda com a população. É dúbia a relação do governador com a extrema-direita: flerta abertamente com a chamada “nova política”, filiando-se ao pensamento ultraliberal, mas ao mesmo tempo, na composição do governo e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo adota o caminho da direita tradicional.

Nessa estratégia de tentar ser o arauto da agenda liberal para o país, Doria busca ser elemento capaz de unir, as forças tradicionais de centro e direita, a extrema-direita, para se apresentar como alternativa política segura para conduzir a pauta ultraconservadora no caso de fracassar a experiência de Bolsonaro no poder. A partir dessa iniciativa o governador de São Paulo demonstra que não abriu mão de buscar o que mais almeja: a Presidência da República.

Doria aplica uma política ultraliberal, com desestatizações e concessões, e incentiva parcerias com a iniciativa privada; busca soluções de investimentos de médio e longo prazo; é ofensivo no discurso ideológico pró-mercado e, diferente do presidente da República, realiza alianças locais com partidos e lideranças políticas para tocar a máquina pública.

### **Propomos**

- Políticas para criação de empregos
- Respeito aos direitos dos servidores públicos
- Combate à violência
- Recuperar a economia do estado

### **Política Educacional Estadual**

Na educação visa a privatização. A primeira resolução da Secretaria de Educação do Estado (SEE) já mostra o teor opressor e contrário aos interesses das professoras e professores assim como dos estudantes e da comunidade escolar. Isso mostra que as lutas do magistério paulista exigirão muita unidade e perseverança. Pelo artigo 2º, a resolução mostra como o governo Doria pretende sacrificar ainda mais o magistério estadual.

Ele propõe uma sobrecarga de trabalho a esses profissionais, sem a menor preocupação com a qualidade do ensino. Tudo para suprir a lacuna deixada pela falta de concurso público para a efetivação de novos profissionais. Para maquiar o problema, o governador joga mais uma vez o peso da desvalorização da educação pública nas costas das professoras e professores. Quer garantir “o efetivo atendimento educacional aos alunos” sem oferecer as mínimas condições de trabalho e de estrutura para haver qualidade no ensino em todos os níveis.

As consequências dessa “reorganização” diminuindo a oferta de salas são salas de aula superlotadas com até 50 alunos por turma, causando enorme prejuízo ao andamento dos trabalhos e consequentemente uma piora na qualidade. O atual governador trabalha com a perspectiva de entregar o “gerenciamento” das escolas a Organizações Sociais, que é a preparação para privatizar a educação pública no estado.

Para se somar a essa política de sucateamento, os prédios escolares necessitam de manutenção, faltam funcionários e há muito pouco material para o desenvolvimento do processo de ensino. O governado deve mostrar seu compromisso com a valorização dos profissionais da educação, dizendo ao Supremo Tribunal Federal (STF) que reúne condições de pagar os 10,15% de reajuste parado no STF pelo não pronunciamento do governo de São Paulo. Agora a nossa reivindicação é de 14,54% por causa do aumento dado no início do ano ao Piso Salarial Nacional.

Com um orçamento de R\$ 32,1 bilhões para 2019, a Secretaria Estadual de Educação (SEE) de São Paulo administra 5,4 mil escolas com 245,2 mil trabalhadoras e trabalhadores, sendo cerca de 140 mil professoras e professores e 4,8 mil diretoras e diretores, além das 91 Diretorias Regionais de Ensino e 15 Polos Regionais.

O chamado Método de Melhoria de Resultados (MMR) visa implantar formas de gerenciamento da rede privada às escolas públicas. Doria carimba a sua marca privatista na rede pública estadual de ensino de São Paulo. E já começa desprestigiando os profissionais com o projeto "Líderes Públicos", pelo qual a gestão tucana pretende implementar estratégias de mercado para processos seletivos de Dirigentes Regionais de Ensino, diretores, vice-diretores e supervisores de escolas não efetivos.

O programa será desenvolvido em parceria entre a SEE e a Aliança, formada por quatro organizações do terceiro setor – Fundação Brava, Fundação Lemann, Instituto Humanize e Instituto República. As professoras e professores se organizam em defesa da educação pública e podem chegar à greve.

A estrutura da SEE é suficiente para melhorar a qualidade da educação, com valorização profissional e estrutural nas escolas, mas os sucessivos governos do PSDB e sua receita conservadora vêm destruindo a educação pública. Os salários são aviltantes, estando entre os mais baixos do país, as escolas estão sucateadas e pouco atraentes aos mais pobres principalmente e o governador trabalha com a proposta de parceria com empresas para entregar-lhes tudo de mão beijada, dificultando ainda mais o acesso de quem mais necessita do serviço público.

A política tucana faz o estado perder industrialização e consequentemente a participação no PIB nacional vem despencando (em 1990, São Paulo representava 37,3% do PIB nacional e em 2017

caiu para 31,49%). E os investimentos em educação vão minguando mandato após mandato. As únicas soluções que encontram é entregar à iniciativa privada, porque não debatem com os mais interessados em salvar a educação pública, que são os profissionais, os estudantes e seus familiares.

Mesmo voltando atrás no desmonte do Projeto Guri – destinado à formação musical de crianças e jovens entre os 6 e 18 anos -, o governador corta verbas das áreas sociais, como a educação e a cultura, sem se importar com o desenvolvimento das crianças e jovens, essencialmente da periferia, onde mais necessitam da presença de políticas públicas de acolhimento, segurança e aprendizado.

Mais grave ainda é a intenção privatista por trás de projetos que incluem a iniciativa privada na contratação de gestores públicos. Ao contrário disso, educadoras e educadores paulistas lutam por valorização profissional com salário digno, condições de trabalho adequadas e escolas que sejam melhor estruturadas para que o atendimento esteja à altura das necessidades dos estudantes e da sociedade.

Com a precarização das condições de trabalho, falta de concursos públicos e novas contratações a tendência é a piora dos serviços por causa da exaustão causada pelo excesso de trabalho. Impõe-se a resistência para exigir maiores investimentos nas áreas sociais e principalmente na educação.

Querem acabar com o nosso Piso Salarial Nacional e em São Paulo, estado mais rico do país, esse piso se mantém abaixo do nacional. Muitos governadores e prefeitos não respeitam o piso e a sociedade grita para manter seus filhos na escola em boas condições.

O projeto Inova Educação como a solução para a falta de vontade política em investir maciçamente na educação pública, com valorização dos profissionais. Esse programa “foi criado com o propósito de oferecer novas oportunidades para todos os estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e ensino médio”, de acordo com a Secretaria Estadual de Educação, mas na realidade, todos os projetos do governo estadual trazem a mão invisível do mercado e abrem as portas para a privatização da educação.

O governo trabalha para implantar o que chama “Projeto de Vida” com o argumento de deixar os estudantes mais livres para decidirem sobre o que querem estudar. Entrega a gestão do projeto ao Instituto Ayrton Senna já denunciando a sua isenção de responsabilidades, a criação de uma realidade fantasia e o abandono total da escola pública.

A realidade é bem outra. As escolas paulistas estão sucateadas, salas superlotadas, os docentes desvalorizados, com salários defasados e os estudantes sem estímulos para continuarem na escola. O governo favorece a educação privada em detrimento da escola pública.

A carreira docente deixou de ser atraente para a juventude e a educação pública sente a falta de efetivos para compor seu quadro docente. Os salários são pífios, as escolas desestruturadas e a violência campeia. As escolas estão abandonadas tanto pelo MEC e por governadores como João Doria, de São Paulo. Eles não fazem nada para mudar a triste realidade de desvalorização dos profissionais da educação, sucateamento das escolas e evasão escolar, com isso cresce a exploração do trabalho infantil e a falta de qualificação para suprir as exigências do mercado de trabalho.

O programa Novotec cria o Ensino Técnico profissionalizante para alunos do Ensino Médio. Essa iniciativa visa inserir o ensino profissionalizante tirando a oportunidade de o aluno seguir no ensino superior, justamente porque apresenta visão tecnicista.

Com o Programa de Ensino Integral, os alunos cumprirão jornada estendida (EF Anos Finais de 8h40min e EM até 9h30min) e os professores atuarão em dedicação plena com direito à

remuneração de 75% sobre o salário base. Falta infraestrutura e uma melhor condição de ação pedagógica.

### **Propomos**

- Criação de um Sistema Estadual de Educação
- Cumprimento da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional
- Reajuste Salarial Já
- Contra o PEI
- Contra o Novotec
- Contra o Projeto Vida
- Contra o MMR

### **Políticas Permanentes**

O Brasil é um dos países de maior desigualdade no mundo. Cada vez mais cresce a concentração de renda e a pobreza extrema voltou a crescer com o projeto neoliberal em marcha desde a posse de Temer e sendo ainda implantada com requentes de perversidade por Bolsonaro.

Não está sobrando nada. O país está virando uma terra arrasada. O episódio mais recente é o criminoso incêndio provocado na Amazônia, que está sendo arrasada por madeireiros, mineradoras e latifundiários que promovem queimadas sem se importar com as riquezas da maior floresta do mundo.

O país perde com essa queimada insana. Os próprios empresários do agronegócio se veem na iminência de perder a possibilidade de exportar seus produtos. Aliado a essa queima criminosa, a liberação irrestrita de agrotóxicos também fecha as portas para o mercado externo, adocece as trabalhadoras e os trabalhadores do campo e a população em geral com alimentos contaminados.

Cresce a violência. Terras indígenas são invadidas, indígenas são assassinados a luz do dia porque os criminosos se sentem impunes. Cresce o conflito pela posse da terra e sindicalistas são assassinados, sem a prisão e punição dos assassinos e dos mandantes.

### **Mulheres**

Com a queda da presidenta Dilma Rousseff, as políticas públicas de garantias aos direitos das mulheres foram abandonadas e com a eleição de Bolsonaro o processo de ataque às conquistas e às liberdades das mulheres se acirrou com a inclusão de fundamentalistas religiosos à frente das pastas sobre essas questões.

É essencial a formulação de uma plataforma específica que leve em conta, como questão central, a valorização do trabalho da mulher, a partir das particularidades de sua exploração e das suas condições de vida.

A valorização do trabalho da mulher, com garantia de acesso ao trabalho em condições de igualdade de direitos, na legislação e na vida real, com registro em carteira, salário igual para trabalho igual, acesso aos mecanismos de qualificação e aos cargos de direção, direitos trabalhistas garantidos, a exemplo da licença maternidade e licença paternidade, com redução da jornada de trabalho. Assegurar o sentido social da maternidade, o combate ao racismo, discriminação étnica, racial e à livre orientação sexual, o combate explícito no interior das empresas ao assédio sexual e moral. Políticas públicas que minimizem a dupla jornada de trabalho, com a ampliação da rede de creches e implementação de outros equipamentos sociais como lavanderias e restaurantes públicos.



O enfrentamento da violência contra a mulher, que passa pela implementação de política que contemple a prevenção, a assistência e o combate aos vários tipos de violência que atingem às mulheres. Compreende a melhoria e ampliação dos serviços que atendem as mulheres em situação de violência como Delegacias de Defesa da Mulher, Centros de Referência, Casas Abrigo, Defensorias Públicas, Serviços de Aborto Legal e atendimento especializado nos postos de saúde. É imprescindível a criação de Redes de Atendimento às Mulheres vítimas de violência.

Ampliação dos direitos humanos e de cidadania, particularmente no combate à violência, à discriminação racial, geracional e livre orientação sexual. Abordar a temática ambiental através de ações articuladas e dentro de práticas transversais, compreendendo a dimensão anti-imperialista que a luta pela defesa do planeta terra assume nos dias atuais.

Políticas sociais de promoção da cidadania que garantam a documentação pessoal, instrumento elementar de cidadania, alfabetização e elevação de sua formação, direito à titularidade da terra e da moradia, assistência específica às trabalhadoras do mercado informal, tanto na área da saúde como na área de educação e do cuidado com os filhos.

Políticas públicas de saúde em todos os níveis – município, estado e união - que se pautem pelos princípios da universalidade, integralidade e laicidade do estado, dando relevância ao estabelecido no Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Políticas que garantam os direitos sexuais e reprodutivos, descriminalização e legalização do aborto, redução e prevenção da elevada ocorrência da morbimortalidade materna ainda existente no nosso país.

Estabelecer medidas de inclusão das mulheres no espaço público, complementando as políticas de cotas com outros mecanismos que ampliem a sua presença nas esferas político-decisórias. Na reforma política, aperfeiçoar a legislação referente à participação das mulheres nos espaços de poder, especialmente os relativos à políticas de cotas vigente, prevendo sanção para os casos em que os espaços dos dois sexos não forem preenchidos plenamente.

Estabelecer estratégias permanentes de estímulo à participação política das mulheres e criação de oportunidades para suas candidaturas. Criar equipamentos de apoio como creches nos eventos para viabilizar a melhor participação das mulheres. Confrontar-se com as discriminações de gênero, raça, etnia e livre orientação sexual presentes nos livros didáticos, na linguagem preconceituosa e nas salas de aula, garantindo assim uma educação não discriminatória e diferenciada em relação ao papel social da mulher.

Lutar por uma educação pública, laica e de qualidade, pela imediata implementação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica que amplia o financiamento à educação e o piso nacional salarial dos profissionais da educação.

## **Negros**

A população de origem africana, mais de 54% no Brasil, enfrenta uma violência sem tamanho com o racismo secular institucionalizado. O genocídio da juventude negra tem um número de mortos superior a muitas guerras. Mais de 70% dos homicídios anuais do país acometem os negros e negras, que estão na base da pirâmide social com os piores trabalhos e salários.

O combate ao racismo é indispensável porque é uma luta pela humanidade. Essa discussão tem que estar presente no ambiente escolar, como a melhor forma de que a sociedade entenda a necessidade de cotas para a população negra para haver igualdade de oportunidades no futuro. Basta de discriminação e violência.

## **LGBTs**

O Brasil é campeão do triste ranking de assassinatos de LGBTs, somente no ano passado forma morros quase mil LGBTs, a maioria movida pela LGBTfobia, que a partir deste ano se tornou crime igual ao racismo. Por isso, o debate da questão de gênero deve fazer parte dos currículos escolares, em defesa do respeito a todas as pessoas.

## **Professoras e professores adoecem**

Pesquisas realizadas pela APEOESP apontam sérios e graves problemas de saúde enfrentados pelas professoras e professores do estado de São Paulo, causados principalmente pelos baixos salários, jornadas excessivas, falta de infraestrutura e segurança e falta de perspectivas na carreira.

De acordo com uma pesquisa divulgada pela revista Nova Escola no ano passado, 65% das professoras e professores pediram afastamento por motivo de saúde no país. A maioria das causas é excesso de trabalho, estresse, depressão, violência.

Em São Paulo, uma reportagem do SBT detectou que 45 docentes se afastam do trabalho por motivo de saúde todos os dias. Porque o salário é muito baixo e as professoras e professores são obrigados a trabalhar em duas ou três escolas para conseguir uma remuneração razoável, assédio moral, ruído, violência, indisciplina entre outros.

A situação é grave porque o estado não oferece a mínima condição de o trabalho se desenvolver adequadamente e os profissionais se veem na incumbência de dar conta de salas de aula superlotadas sem ter tempo de criar o vínculo necessário com os alunos.

Os maus que mais atingem as professoras e professores são o estresse, a depressão, problemas vocais, dores de cabeça, insônia, alergia, dores nos membros, problemas de audição e ansiedade.

## **Defendemos**

- A Amazônia da sanha do capitalismo
- Política de valorização do trabalho da mulher
- Combate explícito ao assédio moral
- Ampliação da rede de creches
- Implementação de lavanderias e restaurantes públicos
- Política de prevenção, assistência e combate à violência contra as mulheres
- Políticas de atenção integral à saúde das mulheres
- Confrontar-se com as discriminações de gênero, raça, etnia e livre orientação sexual na escola, garantindo uma educação não discriminatória
- Fim da violência contra os LGBTs.

## **Política Sindical**

A luta sindical e os movimentos sociais são criminalizados, muitos ativistas estão sendo perseguidos e assassinados. A linguagem beligerante de Bolsonaro aumenta a tensão e policiais e milicianos se julgam no direito de agredir todos os movimentos. A maior ofensiva do capital contra o trabalho se dá inicialmente contra o movimento sindical. A aprovação da reforma trabalhista atacou a questão do financiamento das entidades sindicais com o propósito de eliminar o movimento sindical em sua necessária ação em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Policiais têm invadido reuniões de sindicalistas, principalmente de docentes em preparação para o ato nacional do dia 13 de agosto, sem ao menos uma ordem judicial e tirado satisfações com os presentes em vários estados brasileiros.

Os ataques ao movimento sindical se intensificam e nós defendemos uma nova atuação dos sindicatos para nos adaptarmos à nova realidade de opressão, da chamada Indústria 4.0 com o desenvolvimento das novas tecnologias e do trabalho precarizado, sem registro em carteira, procurando enfraquecer os sindicatos.

O movimento sindical luta para se fortalecer e enfrentar os desmandos desse desgoverno e se une aos estudantes e todos os movimentos sociais para fazer o país retomar a política de crescimento com autonomia e distribuição de riqueza.

A Apeoesp se mantém à frente mobilizando e organizando as professoras e professores do estado de São Paulo para resistir ao desmonte das políticas públicas que favoreciam a classe trabalhadora. É preciso fortalecer a unidade e renovar as estratégias para manter a luta contra a ofensiva ultraconservadora do capital, retrocedendo décadas sobre as conquistas trabalhistas mais importantes.

### **Defendemos**

- Ações para exigir a revogação da reforma trabalhista e da Emenda Constitucional 95
- Unicidade sindical
- Unidade das centrais sindicais contra os retrocessos
- Restabelecimento do imposto sindical

### **O ataque à educação pública, à democracia e ao projeto nacional**

Após o golpe de 2016, iniciou-se um rápido retrocesso na panorama político educacional. O ministério dirigido por Mendonça Filho criou a Portaria 953 para estudos da entrada da educação brasileira na Organização Mundial do Comércio. Fizeram a reforma do ensino médio, criando a figura do professor por notório saber, cujo objetivo é a simplificação das licenciaturas.

A finalidade da reforma aprovada foi o rebaixamento da formação e a abertura para o apostilamento e para a educação a distância através de convênios com a iniciativa privada. Acirraram-se as iniciativas de gestão privada da educação pública, inclusive com a colocação da Secretaria de Regulação nas mãos de empresário ligado ao capital aberto.

Foi desmontada a Secretaria de Direitos Humanos e Inclusão e o Fórum Nacional de Educação foi desfigurado com a retirada de entidades representativas, acompanhada da inclusão de representantes privatistas, o mesmo ocorrendo com o Conselho Nacional de Educação.

Atacaram os parâmetros curriculares da educação étnica e racial, retiraram os princípios educacionais de igualdade de gênero, engavetaram a lei que regulamentava o Sistema Nacional de Educação aprovado quando da apreciação do Plano Nacional de Educação e procuraram desfigurar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, enfraquecendo os critérios de avaliação de qualidade para servir aos interesses do capital privado na educação.

Fizeram uma portaria abrindo a possibilidade de educação a distância desde o ensino fundamental, inclusive com instituições estrangeiras. Mudaram as Bases Nacionais Comuns Curriculares,

retirando as referências de gênero e colocando como obrigatório na educação fundamental o ensino religioso.

A reforma trabalhista aprovada durante o governo golpista tem sérios reflexos na educação brasileira, com a introdução do trabalho docente intermitente e terceirizado. A reforma da Previdência retira direitos de todos os trabalhadores, em especial dos professores e professoras. Com a eleição da ultradireita de orientação ultraliberal a situação se agrava sobremaneira. Assume um governo inimigo da democracia, carrasco do povo e traidor do país.

A educação está hoje no centro do retrocesso político, econômico e social pelo qual passa o país. A política do atual governo aprofunda a cartilha de seu antecessor golpista no sentido de servir aos interesses do capital. Na área educacional, isso implica privatizar a educação superior brasileira, facilitar a entrada do capital financeiro também no ensino básico e agradar as grandes corporações internacionais de capital aberto que atuam no Brasil — trazidas, inclusive, para dentro do governo e, como já apontado, do FNE e do CNE — no domínio de instituições públicas e privadas. Não por acaso o ministro da Economia, Paulo Guedes, é irmão de Elizabeth Guedes, dirigente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) e o próprio ministro da Educação, Abraham Weintraub, é ligado ao setor privatista.

A situação representa um ataque brutal ao princípio constitucional consagrado da educação como direito e como dever do Estado, bem como a colocação do Brasil, no âmbito da educação, na lógica do mercado, e não da formação de qualidade com as devidas referências sociais.

As investidas governistas contra a educação tiveram início com a apresentação, pela gestão golpista de Michel Temer, da PEC da Morte, ou PEC do Fim do Mundo, transformada na Emenda Constitucional 95, que congelou por 20 anos os investimentos em políticas públicas, entre as quais a educação, inviabilizando por completo o cumprimento do PNE e de suas diretrizes e metas, principalmente no que toca à destinação de 10% do PIB para a educação pública, a instituição do Custo Aluno Qualidade (CAQ) e Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) — sepultados neste ano pelo CNE — e a implementação do Sistema Nacional de Educação, englobando rede pública e setor privado.

Sobre este último, as forças privatistas que saíram derrotados da 2ª Conferência Nacional de Educação, realizada em 2014, por não quererem a instituição do SNE e a consequente subordinação de seus estabelecimentos de ensino ao sistema e à regulamentação do Estado, encontraram no apoio ao golpe e à retomada do ultraliberalismo uma maneira de destruir as deliberações e a própria legislação e contemplar seus interesses.

O retorno de um modelo econômico ultraneoliberalizante ao poder, tem, na gestão de Weintraub no Ministério da Educação é a definitiva e escancarada ascensão dos privatistas ao alto escalão do MEC, com acesso livre aos mais de R\$ 100 bilhões de orçamento da pasta. Mesmo a guerra ideológica a que o ministro, olavista que é, se propõe, com perseguição e criminalização de docentes para combater um suposto “marxismo cultural”, vem a servir como luva ao capital financeiro e aos inúmeros processos de privatização da educação.

Esses dois vieses estão evidentes no corte orçamentário imposto às universidades e institutos federais, seguido da nomeação de interventores para essas instituições. Por um lado, como ministro do movimento Escola Sem Partido — reacionário, ultraconservador, antidemocrático e profascista —, valeu-se da justificativa de que as medidas visam combater a “balbúrdia”, termo que ele atribui a uma concepção de educação crítica e democrática. Por outro, como ministro dos privatistas, logo após o anúncio dos cortes, afirmou que o crescimento do ensino superior no Brasil acontecerá via setor privado e que o MEC dará liberdade a esses estabelecimentos.

Em outras palavras, o MEC contempla os anseios de duas forças golpistas (repletas de interseções) com um golpe só. Uma das medidas nesse sentido é destinação de bolsas dos ProUni, em sua maioria, para cursos na modalidade Educação a Distância (EaD), sem garantia de qualidade e com rebaixamento da formação, aliada à desprofissionalização do magistério e à uberização da atividade docente.

A primazia do MEC ao ensino privado atende ao forte lobby feito pelo setor e representa sua completa desregulamentação, a fim de transformar a educação em mercadoria total. As duas coisas estão interligadas: o atual governo é contra a educação pública, tanto que vem destruindo as universidades, e é privatista, ligado ao capital aberto e internacional. Então, seu propósito é de fato o desmanche de uma — a rede pública — e a desregulação da outra — a educação privada de caráter mercantil.

O “Future-se” é exemplo claro dessas intenções. Lançado em julho pelo MEC, o programa tem como finalidade o estímulo para que as universidades e institutos federais captem receitas próprias por meio de contratos com organizações sociais e atuação dentro de modelos de negócios privados.

O cerne da proposta é a entrada e atuação do capital privado nas instituições, o que vai — pela lógica da pretensa eficiência econômica, do lucro, da entrega de produtos — na contramão de uma educação superior de qualidade que compreende, além do ensino, pesquisa e extensão. Mais do que isso, trata-se de um crime de lesa-pátria, já que se dispõe a entregar o patrimônio intelectual e científico acumulado pelas universidades públicas como moeda de troca para estratégias de comercialização e financeirização.

Não por acaso o programa que deixa as universidades federais à deriva tem sido chamado de Fatura-se, uma vez que por trás dele o que há é mais um mecanismo de privatização. Ele também é, no entanto, a destruição da autonomia universitária, da democratização do ensino superior e de um projeto soberano de nação, que passa necessariamente pela educação crítica.

Enquanto tenta privatizar as universidades e institutos federais, o governo, cujo posicionamento é claramente anticência (haja vista a busca de controle ideológico e a censura a órgãos como IBGE, Fiocruz e Inpe), também tem sistematicamente tentado desmontar a pesquisa no Brasil. Já são milhares as bolsas financiadas pela Capes e pelo CNPq que foram suspensas e/ou congeladas nos últimos meses, o que inviabiliza pesquisas em andamento e avanços científicos necessários para o Brasil.

A universidade pública não é a única a estar sob o bombardeio de um governo belicista (e não somente por sua defesa da liberação de armas). Por lei, o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) tem validade até 31 de dezembro de 2020. Atualmente, tramitam propostas parlamentares no Congresso Nacional que tentam estabelecer um pacto pela permanência do fundo. Contudo, há divergências sobre a composição orçamentária, sobretudo no que diz respeito repasse da União, que atualmente é de 10%.

Na Câmara, trabalha-se para que esse repasse seja de 30%; no Senado, 40%. A proposta do governo, contudo, num alinhamento entre MEC e Ministério da Economia, é de que o repasse da União ao Fundeb chegue aos 15%, em uma escala progressiva de um ponto percentual ao ano, até atingir a marca, em cinco anos. Consentir um aumento de cinco pontos percentuais não é uma benesse, mas uma estratégia: tirar orçamento de programas educacionais para colocar no Fundeb, o que, na prática, implica um desinvestimento em educação.

Nas eleições, Jair Bolsonaro defendeu o aumento de investimento para a educação básica em detrimento do ensino superior. Eleito, cortou dos dois. Em maio, apesar do discurso de dar prioridade à base do ensino público, bloqueou ao menos R\$ 2,4 bilhões que estavam previstos para investimentos em programas da educação infantil ao ensino médio. Enquanto isso, escolas tem sido militarizadas, violando o artigo 206 da Constituição — da “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”, do “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e da gestão democrática do ensino público — e o artigo 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação — que regulamenta a prerrogativa de autonomia das escolas, progressivamente assegurada, em vertente oposta à intervenção de militares na gestão escolar.

Além da militarização, a privatização também ronda o ensino básico, inclusive na abertura ao homeschooling. A educação domiciliar traz consigo diversos retrocessos e perigos: fere o direito à socialização, essencial para o desenvolvimento socioafetivo de crianças e adolescentes; deixa crianças que sofrem abuso de qualquer natureza dentro de suas casas à mercê de seus abusadores; compromete o desenvolvimento intelectual dos estudantes, uma vez que esse é associado ao desenvolvimento social; representa mais uma medida de desprofissionalização do professor, substituindo um profissional com formação universitária e pedagógica obrigatória de no mínimo quatro anos por qualquer pessoa e/ou manual de aprendizagem.

Uma das motivações para o governo defender o homeschooling é atender à demanda do movimento Escola Sem Partido e a um ataque que é também ideológico e interno, endossado por parcela significativa dos pais de estudantes. Frente a isso, todos os professores, estudantes e pais que defendem a democracia têm um compromisso com esse debate, porque não se trata de um ataque meramente econômico, mas ideológico — e muito avançado.

Mas a outra motivação do MEC é escancarar um novo nicho para a iniciativa privada: o das avaliações. Isso porque, com o homeschooling, empresas de capital aberto como a Pearson passam a ter mais uma porta de entrada aberta, recebendo verbas para a realização das provas e tendo a seu dispor um novo mercado de “ajuda” no preparo para o exame anual e/ou para a recuperação.

Esse movimento pretende uma reforma estrutural na educação pública, inclusive nas universidades, promovendo a guerra ideológica contra o conhecimento na escola básica e na universidade. Vê-se, por tudo isso, que uma onda antipopular e antidemocrática ataca os direitos universais e atua no sentido da retirada do Estado e da ampliação e incentivo aos interesses privatistas e do mercado. Assim, o ataque ao sistema público e gratuito da educação em todos os níveis faz parte central da agenda ultraliberal.

Esse projeto de governo atenta contra a liberdade do ensino e pesquisa e busca tolher os direitos das crianças e jovens através de várias medidas, desde a militarização das escolas até o ensino domiciliar. Pretende formar uma juventude alienada que faz tudo que o pastor manda e bate continência ao superior hierárquico. Atenta contra as ciências humanas e o pensamento crítico, contra todo o conhecimento produzido desde a modernidade; institui um ambiente agressivo de relativismo e de agnosticismo; e promove o obscurantismo.

### **O ataque à cultura é parte desse processo**

Foi contra tudo isso que milhares foram as ruas. Não foram só os estudantes e trabalhadores de educação que se indignaram e se manifestaram. As ruas foram tomadas por um conjunto enorme e amplo de pessoas e representações. A educação é polo aglutinador de amplos setores sociais em especial dos trabalhadores.

### **Defendemos**

- Criação de um Sistema Nacional de Educação
- Concursos públicos.
- Extensão dos direitos dos profissionais efetivos para a Categoria O
- Aposentadoria Especial do Magistério
- Manutenção do Iamspe
- Respeito à liberdade de cátedra
- Não privatização e não militarização da educação
- Cultura da paz.

## **Ciência e Tecnologia**

A educação, ciência e tecnologia têm sido alvo de ataques sistemáticos, através do estrangulamento financeiro e cerceamento à liberdade de pensamento. Bloqueios orçamentários têm precarizado as atividades dessas universidades e dos institutos federais, muitos dos quais poderão interromper suas atividades ao longo do semestre letivo.

É uma política suicida. Acaba com a pesquisa e com a ciência. Muitos futuros cientistas estão saindo do país, como acontecia em décadas anteriores. Com isso, o conhecimento científico está ameaçado. Principalmente pelas sucessivas interferências governamentais na produção de instituições tradicionais como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), sofrendo sucessivas tentativas de desmoralização, promovidas pelo presidente e ministros de Estado.

Os órgãos de fomento da ciência e tecnologia, desidratados, não conseguem cumprir a missão de promover incentivos financeiros a produção científica, tecnológica e de inovação. É o caso da empresa Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), importante instituição de Estado e experiência única no mundo, pois consegue combinar ação de crédito subvencionado de acordo com o interesse nacional, investimento não-reembolsável em infraestrutura de diferentes instituições de pesquisa do país e subvenção para as empresas nacionais.

A Reforma Administrativa do Governo Bolsonaro prevê a transferência das funções da Secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), tarefa hoje exercida pela FINEP. Essa medida consiste em um grave ataque, já que esvazia sua capacidade de promover investimentos e extingue sua finalidade ao mudar o escopo da sua atuação.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instrumento fundamental para o financiamento do sistema de pós-graduação no país e de formação de jovens cientistas, teve seus orçamentos reduzidos em cerca de 300 milhões nos últimos meses, significando o corte de aproximadamente 6.000 bolsas de estudos, gerando grande instabilidade aos Programas de Pesquisa.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), tradicional agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, criada no segundo governo Vargas, está ameaçada de extinção. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) lançou há poucos dias um abaixo assinado lembrando que o Governo Federal e o Congresso Nacional têm sido alertados há meses, sem sucesso, para o déficit de R\$ 330 milhões no orçamento do CNPQ em 2019 e advertindo que “se esta situação não for rapidamente alterada, haverá a suspensão do pagamento de todas as bolsas do CNPQ a partir de setembro deste ano”.

Não se trata apenas de perspectiva. Os drásticos cortes já efetuados nos orçamentos destinados à ciência e à tecnologia conduziram à evasão de estudantes, ao sucateamento e o esvaziamento de laboratórios de pesquisa, à queda da demanda por cursos de pós-graduação e à fuga de cérebros. A suspensão do pagamento das bolsas do CNPQ completaria o desastre, cujos efeitos se farão sentir por muito tempo.

Uma civilização só progride com amplos investimentos em educação que garantam uma escola democrática, plural, laica, inclusiva, pública e de qualidade. Que a vida na escola seja prazerosa e segura tanto para docentes quanto para funcionários e estudantes.

Acreditamos que investir em educação é essencial para o avanço do processo civilizatório. Professoras e professores necessitam de salários compatíveis com o nível de responsabilidade em lidar com as vidas de crianças e jovens, ajudando-os a se tornarem cidadãos e cidadãs plenos, felizes e conscientes.

Quem não investe em educação, acaba gastando com a construção de presídios e o consequente encarceramento de sonhos e do futuro. Por isso, o slogan Mais Livros, Menos Armas significa a necessidade de escolas com biblioteca, laboratórios, quadras esportivas e espaços para o diálogo e para as artes, com inclusão da comunidade escolar. Com inclusão digital com a utilização de amplos recursos das novas tecnologias, sempre com a orientação das professoras e professores.

### **Defendemos**

- Mais investimentos nas universidades públicas
- Ampliação de vagas
- Mais bolsas de estudos para projetos de pesquisador
- Ciência ao alcance de todas e todos

### **Balanço**

A Emenda Constitucional (EC) 95 onera o serviço público, essencialmente a educação. Essa emenda congela por 20 anos os investimentos no setor público e também os salários das servidoras e servidores. Com a EC 95 o serviço público fica inviabilizado, sem novos concursos, sem investimentos, sem estrutura. Agora o governo aposta na reforma previdenciária para acabar com a aposentadoria digna.

As professoras e professores estão entre os mais atingidos pela reforma da previdência. Teremos que trabalhar dez anos a mais para receber o valor integral de nossos benefícios, perdendo a aposentadoria especial de 25 anos de trabalho, com uma perda substancial, porque, pelo projeto de Bolosonaro, deixaremos de receber o salário integral das servidoras e servidores da ativa.

Não podemos voltar a ser exportadores e matéria-prima e importadores de produtos industrializados bem mais caros. Já se passaram seis meses e o projeto governamental principal é a reforma da previdência para favorecer banqueiros e acabar com a aposentadoria decente de todas e todos.

Com os desvios dos recursos destinados à educação pública perdem as trabalhadoras e trabalhadores da educação, perdem os estudantes, perdem os pais dos estudantes, perde a comunidade escolar, perde a sociedade, perde o país. É um corte do orçamento da educação que a curto prazo ganham os empresários da educação, mas a longo prazo todo mundo perde.



O movimento educacional responde a essas agressões contra quem valoriza a educação como deve ser e defende mais investimentos em educação pública como forma de vencer a crise e superar as mazelas sociais causadas pela desigualdade.

Queremos mais livros e menos armas, mais escolas e menos prisões, mais liberdade e menos perseguição. A escola deve ser democrática e inclusiva para transmitir conhecimento e com a comunidade construir o novo e dar perspectiva de vida e sonho para a juventude. A nossa luta é nas redes sociais e nas ruas, levando informação para a sociedade.

As dificuldades dos docentes brasileiros crescem com um governo que é inimigo da educação. Os constantes ataques efetuados principalmente pelo presidente Bolsonaro e seus seguidores tornam a vida de quem trabalha na educação pública ainda mais difícil. Com isso aumentam os adoecimentos e a periculosidade. Os atos de violência já adentraram as escolas e não há nenhum trabalho sendo desenvolvido para frear essa onda.

Dados do IBGE mostram que 7,5% das brasileiras e brasileiros com 15 anos ou mais não sabem ler nem escrever. Além de termos 25% das pessoas nessa faixa etária de analfabetas funcionais – que não conseguem interpretar um texto. Para piorar, 22% da população de 15 a 29 anos não estudam nem trabalham. Que futuro se pode esperar?

Tanto que os secretários estaduais reunidos na segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) defendem a manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que pode acabar o ano que vem se não for renovado. Os gestores estaduais querem que o Fundeb se torne uma política permanente e que tenha o percentual de financiamento ampliado de 10% para 40%. O Fundeb é essencial para salvar a educação pública e para a valorização do magistério.

Com isso, o país vai afundando feito um Titanic sem direção. A produção industrial despencou, era de 3% em maio de 2018 e foi de 1,1% negativo em abril de 2019, enquanto isso a indústria extrativa, dominada por multinacionais, cresce 9,2% no mesmo período. Promovendo a destruição de nossa reserva ambiental.

A educação deve ser prioridade absoluta e estar com consonância com a sociedade e com os interesses nacionais, em todos os níveis. Queremos um projeto de transformação do Brasil em um lugar melhor para se viver para todas as pessoas.

É necessário a criação de um Sistema Nacional de Educação com a participação de todos os agentes sociais ligados à educação. Trazer à tona um amplo debate sobre a educação que queremos para legar um futuro melhor para as novas gerações. Cientes de que sem investir maciçamente em educação pública, o país enfrentará muito mais dificuldades para superar a crise que se abate sobre os ombros da classe trabalhadora.

A Educação deve ser entendida como direito humano e por ser direito deve impulsionar, fomentar e possibilitar a aquisição de outros direitos, mas isso só pode ocorrer se tivermos garantidos os princípios da liberdade de aprender, ensinar e pesquisar com pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. A nossa luta se mantém firme por pelo menos 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para a educação, como forma de elevar o patamar civilizatório do país.

A violência já adentrou as escolas e os profissionais são as maiores vítimas. O Estado não garante segurança e muito menos promove um amplo e necessário debate para a solução desse problema. O Estado não valoriza o magistério e não mostra a importância do professor na vida do país. Mesmo porque toda e qualquer pessoa passou pelas mãos de professores alguma vez na vida. Sem a escola

não haveria grandes profissionais em nenhum setor da vida. Por isso, o slogan mais livros e menos armas se faz fundamental para tirar o país do abismo em que se encontra. Abismo social, político e moral.

É fundamental levarmos a reflexão para a sociedade para saber que país nós queremos para os nossos filhos. Um país sem nenhuma educação, baseado na violência e no ódio ou um país com educação para todas e todos e valorização dos profissionais que tanto se dedicam a superar as mazelas da sociedade para o país avançar e o novo nascer da liberdade e da justiça.

A unidade de todas as forças democráticas do país se faz urgente para barrar o avanço dos setores mais atrasados, conservadores e entreguistas da nossa sociedade. Ou paramos o governo Bolsonaro ou ele acaba com o Brasil. Unidade é a nossa palavra de ordem. Por uma educação para todas e todas que rompa com os parâmetros do retrocesso.

Defendemos a criação de um Sistema Nacional de Educação e de um Sistema Estadual de Educação, que contemplem os anseios da comunidade escolar e as necessidades do país, do estado e das pessoas. Sistemas criados como políticas de Estado e que valorizem os profissionais da educação. Afinal, a educação pública deve nortear o desenvolvimento soberano de um país.

### **Plano de Lutas**

A principal questão do momento é a unidade das forças democráticas e populares com a criação de uma Frente Ampla para derrotar o projeto ultraconservador e entreguista em marcha no país. Essa Frente deve atuar de maneira unificada já nas eleições municipais para combater os retrocessos.

Derrotar a reforma da previdência é fundamental para impedir a pauperização dos idosos e o fim da aposentadoria. A revogação da reforma trabalhista, da Emenda Constitucional 95 e da reforma do ensino médio são essenciais para o país retomar o rumo do crescimento com distribuição de riqueza.

Impedir a privatização de nossas estatais e a entrega das riquezas naturais do país. Defender a criação de políticas sustentáveis, sem degradação ambiental. Impedir o desmatamento da Floresta Amazônica e combater as queimadas que destroem a fauna, a flora e esterilizam a terra.

Defender a educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade. Defender o Sistema Único de Saúde (SUS) e impedir qualquer ataque à nossa aposentadoria.